

A EDUCAÇÃO ESTÉTICA DO HOMEM: NUMA SÉRIE DE CARTAS

Bruno Alves Macedo¹

SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem**: numa série de cartas. Tradução: Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 2017.

Para Schiller, a crítica kantiana abalou as estruturas da estética ao remover do juízo de gosto qualquer fundamentação objetiva, limitando-se à validade empírica, subjetiva e individual. A estética de Schiller se desenvolve, justamente, na busca por um fundamento objetivo do belo e, por isso, não poderia estruturar-se a partir do jogo subjetivo entre imaginação e entendimento, sendo este último a tese de Kant em sua *Crítica do Juízo*.

Schiller desenvolve a tese de que a beleza reside em fundamentos eternos, de modo que as leis da razão se assemelham às leis do gosto. A dificuldade inicial que surge na investigação estética assim ordenada é a inexistência de um conceito empírico de beleza. Na obra de Schiller, o primeiro passo para a superação dessa dificuldade ocorrerá no trato do critério do juízo de gosto como um imperativo (*dever ser*), isto estabelece um juízo de gosto universalmente válido e apriorístico em todos os sentidos. Trata-se, portanto, de uma razão prática, que implica em possibilidades apriorísticas para a efetivação do juízo de gosto puro. A experiência humana é, porém, sempre momentânea, sendo assim, o juízo inteiramente puro (eterno) sobre o belo torna-se um ideal inatingível. Neste ponto, não há ainda um desvencilhamento das limitações impostas por Kant na razão prática.

A natureza da humanidade é entendida por Schiller como um misto entre razão e sensibilidade. A retomada da dualidade humana sob a nova perspectiva schilleriana proporcionará, no entanto,

1 Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: bruno.alvm@gmail.com.

a possibilidade da realização do belo no mundo, evitando que sua filosofia se limite à formalidade estrita proposta pela razão prática de Kant. Levando essas noções em consideração, compreende-se a Ideia da beleza como algo uno e indivisível, porém, a beleza na experiência apresenta-se de maneira eternamente dupla, então a educação estética pretende providenciar ao ser humano, portanto, um desenvolvimento pleno tanto de sua racionalidade quanto de sua sensibilidade.

Schiller anunciou sua obra como uma investigação que faz apelo tanto a princípios quanto a sentimentos, seus objetos são o belo e a arte. Esse método proposto para a investigação implica no cuidado de não tratar o objeto de estudo a partir de uma abordagem unicamente formal. Ou seja, uma investigação, que ignorasse os sentimentos, sobre a beleza, seria uma investigação cega e sem sentido, como estudar um idioma ignorando a realidade de seus dialetos. O seguinte trecho exprime bem a principal premissa do autor:

Essa mesma forma técnica, que torna a verdade visível ao entendimento, a oculta, porém, ao sentimento; pois o entendimento, infelizmente, tem de destruir o objeto do sentido interno quando quer apropriar-se dele (SCHILLER, 2017, p. 22).

Para o autor, o desenvolvimento de uma verdadeira liberdade política representa a maior obra de arte a qual o homem pode se dedicar e, se a moral humana põe essa questão como a de maior interesse, então torna-se evidente a necessidade de estabelecer firmes princípios estéticos. No entanto, Schiller reprova o abandono sofrido pela arte de seu tempo, incomoda-se com o desprezo recorrente em relação à arte do Ideal e aponta para um ambiente em que a privação material (utilitarismo) domina facilmente o Ideal. Em frente à extrema racionalidade proposta pelo “tribunal da razão pura” de Kant, Schiller recusa resolver a questão política ao lado do elevado e ilustrado homem kantiano, que pensa por si mesmo (*Selbtsdenker*), e propõe que “para resolver na experiência o problema político é necessário caminhar através do estético, pois é pela beleza que se vai à liberdade” (SCHILLER, 2017, p. 24).

Schiller concorda que o ser humano distingue-se dos outros animais pela insatisfação com o estado em que a natureza lhe põe, pois está apto a elevar a necessidade física para uma necessidade moral; deixar a privação e partir para a livre escolha. Ao abandonar o âmbito do puramente sensível, o ser humano encontra-se no Estado.

De uma maneira artificial, ele recupera a infância em sua maturidade, forma na Ideia um *estado de natureza* que não lhe é dado por nenhuma experiência, mas é posto como necessário por sua determinação racional, empresta-se neste estado ideal um fim último que não conheceu em seu estado de natureza real, e uma escolha da qual outrora não seria capaz, procedendo então como se começasse pelo início e, por claro saber livre

decisão, trocassem o estado de independência pelo dos contratos (SCHILLER, 2017, p. 25, *grifos do autor*).

No entanto, o autor aponta para a possibilidade humana de considerar tudo como se não tivesse acontecido e, se tudo deve seguir o fim último estabelecido pela razão, desenvolve-se outra possibilidade, a de um povo emancipado transformar o Estado natural em Estado ético. O Estado natural convém ao homem físico, que está direcionado unicamente para lidar com forças, diferentemente do homem moral, cujo Estado ético está direcionado à lei pela lei e não à lei estabelecida a partir da força para lidar com a força. O problema que Schiller apresenta é, como afirma o autor, que o homem físico é *real* e o homem ético é *problemático* (Cf. SCHILLER, 2017, p. 26). A transição do natural para o ético implica em substituir o real por um Ideal, ou seja, apresentar algo que o homem deveria possuir em troca do que o homem já possui. O filósofo alemão apresenta uma crítica ao modo de funcionamento da transição, visto que se trata de um salto radical, um arrancar repentinamente o solo natural do homem e lhe estabelecer algo que se forma na Ideia. Tal noção propõe que, durante o fluxo da sociedade física, o homem se corrija com algo que é formal e nada fluído. Surge, então, a necessidade de um suporte para essa transição e, de acordo com Schiller, esse suporte não pode ser oferecido nem pelo caráter natural do homem e nem pelo caráter ético, mas pela permutação entre esses dois caracteres, o que implica na formação de um terceiro: “Seria preciso separar, portanto, do caráter físico o arbítrio, e do moral a liberdade – seria preciso que o primeiro concordasse com leis e que o segundo dependesse de impressões” (SCHILLER, 2017, p. 27).

A vontade humana é contingente, diferente do que se espera da vontade em um Estado moral, em que vontade deveria se articular com rigor, necessidade e obstinação. Como manter a vontade humana como algo livre entre inclinação e dever? Schiller aponta, então, para a necessidade de uma concordância entre dever e inclinação que seja presente no reino dos fenômenos, uma concordância entre os impulsos do ser humano e a sua razão. Trata-se de que a conduta ética seja natural num modo não constrangedor à faculdade livre da escolha da vontade humana. “A razão pede unidade, mas a natureza quer multiplicidade, e o homem é solicitado por ambas as legislações. A lei da primeira está gravada nele por uma consciência incorruptível; a da segunda por um sentimento inextinguível” (SCHILLER, 2017, p. 30). A proposta schilleriana é que a objetividade não seja colocada em detrimento da subjetividade. Do contrário tem-se uma educação agressiva, pois o natural não está aí para ser eliminado a partir do ascetismo.

O autor apresenta três diferenciações cruciais para a compreensão do Estado. O artista mecânico, durante o processo de dar forma ao seu material, não apresenta respeito algum pelo seu objeto de trabalho; o artista do belo tampouco respeita seu objeto, apesar de demonstrar uma aparente condescendência com o seu objeto; o artista pedagogo e político, diferente das outras duas técnicas, busca apenas as partes

pelo todo (e os artistas não precisam se submeter às partes), servem às partes e, conseqüentemente, as partes se direcionam ao todo. O Estado torna-se efetivo no momento em que as partes estão afinadas com o todo, ou seja, se as partes são em si mesmas unitárias, então elas mantêm sua individualidade mesmo na universalização objetiva do Estado. É preciso que a razão, ao transpor sua unidade moral à sociedade física, não viole a multiplicidade da natureza, assim como a permanência da multiplicidade não deve causar alguma cisão na unidade moral. Nesse sentido, a subjetividade do indivíduo deve ser respeitada não como mero meio, o que faz o artista do belo por exemplo, trata-se, porém, de um respeito objetivo. O Estado, nessa perspectiva, deve relacionar-se com suas partes de maneira interpretativa, como um caminho para a subjetividade objetiva de suas partes, ou seja, como representante da humanidade. Caso contrário, depara-se com um Estado que emerge as partes num todo apenas em teoria, visto que na prática exerce a violenta imposição da lei. A solução disso tornou-se um grito de guerra no idealismo: o todo pelas partes e as partes pelo todo. Esse “lema” não faz sentido se as partes não se ordenarem genuinamente no todo.

Ao direcionar-se para sua própria contemporaneidade, Schiller faz uma análise indireta sobre a revolução francesa, em que o homem desmascara o arbítrio e ergue-se violentamente para retornar aos seus direitos inalienáveis. Pretende-se derrubar o Estado natural, que se sustenta pela força, com o intuito de recuperar o respeito ao homem como fim em si mesmo. Perante tal noção, o autor afirma: “esperança vã! A possibilidade moral está ausente, e o momento generoso não encontra uma estirpe que lhe seja receptiva” (SCHILLER, 2017, p. 33). Schiller faz notar a decadência presente em ambos os lados, tanto nas classes mais baixas quanto nas classes mais civilizadas. Aquela abandona a ordem civil e decai totalmente na simples satisfação animal, esta deprava a cultura. Em suma, essa nobreza decadente nega a natureza, porém, no campo moral, permite sua tirania. Tem-se, então, uma classe cuja exaltação do entendimento entra em contradição com a afirmação da corrupção por meio do entendimento. O egoísmo funda-se, portanto, como afirma Schiller, no mais exaltado dos âmbitos sociais. “Vê-se, assim o espírito do tempo balançar entre perversão e grosseria, entre desnaturado e meramente natural, entre superstição e descrença moral, e é apenas o contrapeso do ruim que ainda lhe põe, por vezes, limites” (SCHILLER, 2017, p. 34). Este trecho descreve uma sociedade em que a classe mais ilustre propõe, hipocritamente, uma moralidade que, no fundo, é máscara para a perversão cultural; nega-se o natural, mas o tem por princípio. A classe mais baixa é dominada em absoluto pelo natural, que desgovernadamente impera sobre o ser humano.

Schiller, ao mencionar os gregos, louva-os por não exercer qualquer separação no espírito, por exemplo: “a poesia não cortejara a espirituosidade, nem a especulação se rebaixara pelos sofismas” (SCHILLER, 2017, p. 35). Os gregos, para o autor, seguiam os modos da natureza e, por isso, direcionaram-se para a unidade. Isto contrasta com a modernidade,

que busca a unidade pela fragmentação, seguindo os moldes do intelectualismo. As origens de tal fragmentação concentram-se na cultura, pois, a partir do momento em que as ciências passam a apresentar seus domínios com maior especificidade e precisão na delimitação, o homem fragmenta a própria natureza e, conseqüentemente, foca em particularidades que avançam em desconjunção com o todo. O indivíduo, situado na opressiva cisão das partes (o esforço, da recompensa; as leis, dos costumes; etc.), só pode se formar então especificado como parte específica, encontra-se ele mesmo como um ser fracionado; dito de outro modo: como fragmento fragmentado. Uma sociedade assim desenvolvida só poderia acabar no vício da polarização. É com base nesses pressupostos que Schiller estabelece a necessidade da formação da sensibilidade e que o instrumento dessa formação são as belas-artes. Uma formação como essa servirá para alertar e evitar que o homem percorra dois descaminhos extremos. O artista se faz presente em todos os tempos sempre reerguendo a verdade e a beleza:

Onde o caráter se torna tenso e enrijece, vemos a ciência guardar, severa, as suas fronteiras e a arte caminhar presa às pesadas correntes da regra; onde o caráter esmorece e se dissolve, a ciência se empenha em aprazer e a arte em contentar. Durante séculos veem-se os filósofos e os artistas ocupados em imergir a verdade e a beleza nas profundezas da humanidade vulgar; aqueles naufragaram, mas estas emergem vitoriosas por sua força vital indestrutível (SCHILLER, 2017, p. 47).

Para realizar a formação da sensibilidade, o conceito de beleza deve ser, então, entendido não como algo que se origina da experiência, mas deve-se entender a beleza como um conceito puro e racional, “como uma condição necessária da humanidade” (SCHILLER, 2017, p. 54). Para isso, busca-se pelas manifestações individuais aquilo que é absoluto. Encontrar a humanidade por meio das manifestações humanas e, então, se deparar com o que nela é necessário.

A partir da *Carta XI*, Schiller passa a apresentar o refinamento e aprofundamento teórico de seu pensamento filosófico. O autor apresenta maior precisão na delimitação de seus conceitos. O princípio desse refinamento teórico é dado pela dupla teórica entre o mutável e o imutável, que refletem no homem como, respectivamente, o *estado* e a *pessoa*. No sujeito absoluto, esses dois conceitos formam uma unidade que não se divide; no sujeito finito, os dois conceitos são separados. Justamente por se apresentarem como conceitos fundamentalmente distintos, um conceito não pode ser fundado no outro, afinal, um é mudança e o outro é permanência, são de naturezas distintas.

A pessoa, pois, tem de ser seu próprio fundamento, já que o permanente não pode provir da modificação; teríamos assim, inicialmente, a ideia do ser absoluto fundado em si mesmo, isto é, a liberdade. O estado tem de possuir um fundamento, tem de ser *causado*, já que não é por meio da pessoa, vale dizer, já

que não é absoluto; teríamos assim, em segundo lugar, o *tempo*, a condição de todo o ser ou vir a ser dependente (SCHILLER, 2017, p. 55, *grifos do autor*).

De acordo com esta citação, o estado cabe ao tempo e o tempo cabe à pessoa, porém, o fenômeno humano só é possível na relação entre estado e pessoa: sem as mudanças temporais não haveria existência e sem o fundamento pessoa não haveria mudança. Para que seja possível apontar a transformação em algo, é evidente que tal *apontamento* requer um fundamento, um permanente. É incoerente afirmar a existência de transformações sem que tais transformações correspondam a um fundamento, pois se há mudança, então há *algo* que muda.

Sua personalidade, considerada apenas em si mesma e independentemente de toda matéria sensível, é apenas disposição para uma possível exteriorização infinita; enquanto não intui e não sente, ele nada mais é do que forma e capacidade vazia (SCHILLER, 2017, p. 57).

Partindo dessas noções, Schiller as posiciona como bases para as tendências distintas no humano, ou seja, uma tendência a realizar no tempo tudo o que é mera forma e outra tendência a tornar forma tudo o que é fenômeno temporal. Pode-se distinguir mais precisamente, a partir do que foi exposto, os dois impulsos conflitantes no ser humano. O *impulso sensível* implica em tornar o ser humano conteúdo do tempo, torná-lo modificação. Enquanto dominado pelo impulso sensível, a personalidade do ser humano é oprimida, pois, enquanto é apenas modificação temporal, o existente se apresenta reduzido a um estado de limitação; a um momento temporal que é apenas quantidade sem qualidade. O autor apresenta o impulso sensível como aquilo que possibilita ao ser humano o seu desdobramento, mas também impossibilita sua perfeição.

O impulso formal, representante da natureza racional do ser humano, é formador de leis, pois exige aquilo que sempre será exigido; ao suprimir as modificações, inclina-se apenas ao necessário. É função deste impulso exercer a afirmação da *pessoa* por superar as limitações quantitativas do tempo. Ambos os impulsos aparentam uma oposição na constituição da natureza humana, porém, não são impulsos conflitantes e se forem interpretados como dois impulsos contraditórios, então é porque foram mal interpretados e seus domínios foram confundidos. A mudança que o impulso formal exige não é mudança da pessoa, assim como a imutabilidade que o impulso formal exige não é a imutabilidade do estado na *pessoa*, ou seja, não pretende transformar *estado* em *pessoa* (Cf. SCHILLER, 2017, *Carta XIII*).

Schiller afirma que pertence à cultura a tarefa de trabalhar de forma justa com esses dois impulsos fundamentais, “em primeiro lugar, resguardar a sensibilidade das intervenções da liberdade; em segundo lugar, defender a personalidade contra o poder da sensibilidade”

(SCHILLER, 2017, p. 64). Quanto maior o refinamento da faculdade sensível, mais o ser humano está apto a captar mundo, assim como o refinamento da faculdade formal proporciona ao existente maior aptidão para criar mundo. O intuito dessa educação é ter respeito pelos modos próprios dos caracteres fundamentais do humano; se um trata de modificações, então que a *pessoa* experimente nela a mais ampla variedade e exercite sua sensibilidade, mas tudo isso em respeito à *personalidade* da *pessoa*, ou seja, mantendo sua autonomia dentre as mudanças. Apesar de sua constituição permanente, o sentido da *personalidade* da *pessoa* requer a mudança do *estado*. Ora, é justamente frente a riqueza das transformações que se mostra a autonomia do ser; é sabendo experimentar sua permanência que o ser aprende sua autonomia.

Apresenta-se, então, a noção schilleriana de *ação recíproca* entre os dois impulsos. A perfeita realização dessa reciprocidade é, justamente, a *Ideia de humanidade* do humano, cuja exata realização jamais pode ser atingida, porém, o ser humano pode inclinar-se em direção à *Ideia* e aproximar-se dela. Schiller introduz, neste ponto, o conceito de *impulso lúdico* como um terceiro elemento que se opõe e unifica os dois impulsos fundamentais.

Visto que, por sua natureza finita, o ser humano está sempre ou suprimindo a *pessoa* ou suprimindo o *estado*, o impulso lúdico surge como inclinação à possibilidade de harmonia entre os dois modos. O impulso lúdico suprime a contingência e, ao suprimi-la, consequentemente suprime toda necessidade, proporcionando então liberdade. Se o sensível implica vida e o entendimento puro implica forma, a humanidade, pelo impulso lúdico, implica em *forma viva*. A razão assim compreendida estipula a unidade entre os impulsos; estipula a beleza como lei para a *humanidade*. A beleza é objeto do impulso lúdico e a plenitude do ser humano se dá no *jogo com a beleza*, portanto, esta não poderia ser específica a um impulso particular. O significado de jogo é o não constrangimento a uma única possibilidade, mas a interpenetração de ambas. Trata-se, para Schiller, de transpor aos homens o que os gregos transpuseram para o Olimpo:

[...] fizeram desaparecer da frente dos deuses ditosos tanto a seriedade e o trabalho, que marcam o semblante dos mortais, quanto o prazer iníquo, que lhes alisa a face vazia; libertaram os perenemente satisfeitos das correntes de toda finalidade, dever ou preocupação, fazendo do ócio e da indiferença o invejável destino do estamento divino: um nome apenas mais humano para a existência mais livre e mais sublime (SCHILLER, 2017, p. 76).

O ser humano na *Ideia* é entendido como pura possibilidade, sendo assim, a realidade se coloca como limitação do ser que “antes” era ilimitado. A compreensão de que a limitação orienta-se então a partir do ilimitado deve levar em consideração que essa ilimitação ideal é concebida enquanto o ser se encontra, então, em sua limitação.

Schiller está interessado no humano enquanto ser em finitude, destarte, como ser que se faz livre na forma com matéria (razão e sensibilidade): “É a vontade, portanto, que está para os dois impulsos como um *poder* (como fundamento da realidade), sendo que nenhum dos dois pode, por si só, comportar-se em face do outro como poder” (SCHILLER, 2017, pp. 93-94). Isto posto, entende-se que no ser humano não pode haver nenhum poder particular além de sua livre vontade. Nesse sentido, tanto o limitado quanto o ilimitado são ricamente preenchidos de conteúdo: o conteúdo das determinações sensíveis sendo amplamente retidas ao mesmo tempo que o conteúdo da pessoa se determina de maneira ilimitada. Sem constrangimento físico ou moral, Schiller nomeia esse estado como *estético* (Cf. SCHILLER, 2017, *Carta XX*).

Pela cultura estética, portanto, permanecem inteiramente indeterminados o valor e a dignidade pessoais de um homem, à medida que estes só podem depender dele mesmo, e nada mais se alcançou senão o fato de que, a partir de agora, tornou-se-lhe possível pela *natureza* fazer de si mesmo o que quiser – de que lhe é completamente devolvida a liberdade de ser o que deve ser (SCHILLER, 2017, p. 102, *grifo do autor*).

Cabe, assim, ao ser humano entender a natureza em seu interior e exercer a razão sem sacrificar sua humanidade. As belas artes, de acordo com Schiller, não são educativas e tampouco corretoras, pois não pretendem determinar nada em particular no ser humano. A livre determinação, que por ser livre é ilimitada, cabe somente à pessoa. Se objetar que a arte se não for nacional não será nada, então o educador estético ergue-se com a seguinte afirmação: nesse caso então a arte será genuinamente ela mesma em sua própria indeterminação material e não decairá em propaganda nacionalista.

No que tange a obtenção do equilíbrio dos impulsos fundamentais do ser humano, a premissa fundamental que permeia a obra de Schiller é esta: a educação é o caminho para a realização da plenitude.

Com uma rápida visada para o sistema educacional brasileiro contemporâneo, tendo a obra de Schiller como referência, pode-se vislumbrar o seguinte problema: há no sistema educacional uma fragmentação e investimento focado unicamente na técnica. Fragmentação e desconexão entre as técnicas científicas e estruturação com enfoque técnico.

A técnica é parte constituinte fundamental das ciências, o que é anticientífico é uma técnica sem fundamentos, ou seja, o problema não está na técnica e sim no investimento de uma técnica solitária, a qual carece de fundamentos. A filosofia possui a tarefa fundamental de preencher esse vazio, seu papel é, portanto, retomar os fundamentos. Uma educação que faz da filosofia apenas mais uma disciplina ao lado das outras e que se fragmenta em partes que se formam de maneira desconexa entre elas, é um sistema educacional que, em acordo com Schiller, decai em dois sentidos: 1) propõe um falso direcionamento

ao *formal*, pois a simples técnica não produz unidade entre as partes; 2) ao propor um direcionamento ao formal, ignora a constituição dual da natureza humana.

Fornecer maior relevância, por exemplo, à matemática e estudos gramaticais, resulta na negligência de que o ser humano é, também, fenômeno, ou seja, um ser finito e mutável. Desse modo, dá-se um salto para o “formal” que, em acordo com Schiller, é inexistente na natureza humana. Uma educação como essa jamais levaria o existente a se aproximar da *Ideia de humanidade*, pois se trata de um sistema educacional desequilibrado. Um desequilíbrio como esse é, como mesmo a história humana exemplifica, uma consequência da desarmonia entre as partes que constituem o Estado e, como sempre foi interesse daqueles investem na desarmonia entre as partes, a filosofia e a arte tornam-se marginalizada.

Se uma das principais tarefas da filosofia é a superação daquilo que é vago e mediano, ou seja, superação da preponderância da mera *opinião*, então o sistema educacional brasileiro demanda, urgentemente, uma revisão de seus fundamentos, pois o investimento na técnica vazia é produto da vagueza e da mediania. Uma educação que alimenta o desequilíbrio entre os impulsos humanos e que faz da filosofia mera disciplina marginalizada ignora que esta é uma ciência primeira, ou seja, que é o estudo da possibilidade de todas as outras técnicas científicas. Um sistema educacional assim estruturado confere uma agressão à natureza humana e fomenta habilidades isoladas com a intenção de obter pensamentos isolados. O pensamento perde, então, sua unidade. O que é deveras propício para interesses particulares.

Referência

SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem: numa série de cartas**. Tradução: Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 2017.

Recebido: abril de 2020

Aprovado: maio de 2020